

Conselho Superior do IFRS em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade.

O Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS, órgão máximo desta Instituição que é composta por 17 *campi*, espalhados em diferentes regiões do território gaúcho, possui uma comunidade com mais de 16 mil estudantes matriculados, atendidos por aproximadamente 1800 servidores, e que tem se solidificado a partir de ações de ensino, pesquisa e extensão, fundamentadas no comprometimento social, manifesta sua posição diante da atual conjuntura que apresenta ataques e ameaças à educação pública que se funda como um direito constitucional do(a) cidadão(ã) brasileiro(a).

Nesse sentido, a Instituição posiciona-se contrária à MP 746, a qual se apresenta como uma possibilidade de “reformular o ensino médio brasileiro”. Discordamos da forma como foi conduzida e do conteúdo que está proposto no documento, pois entendemos que alterações significativas no campo da educação devem ser antecedidas por processos democráticos, que envolvam um amplo diálogo com a sociedade e não através de uma Medida Provisória, unilateral, marcada pela carência de debate.

No que se refere ao seu conteúdo, divergimos porque a proposta apresenta uma perspectiva de formação fragmentada, separando a formação geral de uma suposta formação profissional, e, ainda, pretende tirar do currículo escolar áreas do conhecimento que são fundamentais para a formação integral do ser humano. Dessa forma, além de descaracterizar o ensino médio como parte da educação básica, como até então previa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, essa proposta formativa é frontalmente contrária à formação humana integral, que é o horizonte do ensino médio integrado e, que se consolida no IFRS e nas demais unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Somos contrários, também, à idéia de abrir espaços do “notório saber” para o exercício da docência, pois a qualidade da educação passa pela formação, reconhecimento e valorização profissional dos(as) profissionais em educação.

Repudiamos a PEC 241, aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados, e que está no Senado Federal (PEC 55), a qual prevê o congelamento de investimentos do Estado, em diferentes áreas sociais, incluindo educação e saúde, por 20 anos. Percebemos que a construção de tal congelamento nega o direito à educação e à saúde pública, até então firmados constitucionalmente. Salientamos ainda que vivemos em um país de desigualdades sociais históricas, portanto restringir recursos para saúde e educação é uma atrocidade com a maior parte da população, que é quem mais necessita do Estado para garantir o seus direitos básicos.

Entendemos que negar a possibilidade de ampliação de investimentos na educação entra em contradição com o Plano Nacional de Educação, vigente por 10 anos, a partir de 2015, que aponta na META 20 a necessidade de ampliar o investimento

público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Preocupa sobremaneira a Rede Federal o fato de que a proposta de Matriz Orçamentária de Custeio para 2017 apresenta redução se comparado ao orçamento de 2016. Utilizando o ano de 2012 como referência, a Rede Federal duplicou a quantidade de alunos e ampliou em um terço o número de *campi*. Entretanto, os recursos de custeio destinados para o próximo ano são inferiores ao valor de 2012, se corrigida a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – R\$ 1,7 bilhão, em 2012, e R\$ 2,1 bilhões, em 2017. Nessa perspectiva, vislumbra-se que isso, associado aos efeitos da PEC resultará em um processo de paralisação na oferta de cursos.

Finalmente, somos solidários e manifestamos nosso apoio aos movimentos sociais que estão mobilizados na tentativa de frear as referidas ameaças à educação pública. Nesse cenário, saudamos os servidores públicos que têm se manifestado e os estudantes que estão ocupando suas instituições de ensino, com o objetivo de garantir a educação como um direito dos(as) brasileiros(as). Estamos certos de que as bandeiras que estão sendo erguidas, em defesa da escola pública, gratuita e de qualidade, também são nossas.